

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.866 - SP (2018/0294742-6)

RELATOR	: MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE	: HELENA APOSTOLO VALERO
EMBARGANTE	: HELENA CALDEIRA DE PAULA
EMBARGANTE	: HELENA DA SILVA
EMBARGANTE	: HELENA GARCIA FERREIRA
EMBARGANTE	: IZABEL MEDEIROS DE CASTRO
EMBARGANTE	: IZOLDA BOTELHO BARBATANA
EMBARGANTE	: IZOLETE GARCIA
EMBARGANTE	: JACINTA AGUIAR GATTO
EMBARGANTE	: JACINTO RIBEIRO LOPES
EMBARGANTE	: JACIRA RODRIGUES
EMBARGANTE	: JACIRA SILVA ISIDORO
EMBARGANTE	: JACIRA SILVEIRA DOS SANTOS
EMBARGANTE	: JACYRA DUARTE
EMBARGANTE	: JACYRA DUARTE MOREIRA
EMBARGANTE	: JAIME SERPA
EMBARGANTE	: JAIR ALVES RAIMUNDO
EMBARGANTE	: JAMIL AUAD
EMBARGANTE	: JANDIRA MARQUES O CALEGARI
EMBARGANTE	: JANDIRA VIANA PITONDO
EMBARGANTE	: JANEIDE CABRAL DO NASCIMENTO
EMBARGANTE	: JANETE MITIKO KIMURA
EMBARGANTE	: JANETE MODOLO DA SILVA
EMBARGANTE	: JANETE RODRIGUES PINTO CORREA
EMBARGANTE	: JANICE FERREIRA
EMBARGANTE	: JAYME ALVES FIGUEIREDO
EMBARGANTE	: JEANETE CLELIA DAS DORES
EMBARGANTE	: JEANNE FRAISSAT
EMBARGANTE	: JENI SALGADO EIRAS
EMBARGANTE	: JESSI GÓES DA SILVA
EMBARGANTE	: JESUINA BENEDITA DE ALMEIDA
EMBARGANTE	: JOANA APARECIDA ACOSTA SOUSA
EMBARGANTE	: JOANA IGNACIA DA SILVA
EMBARGANTE	: JOÃO AUGUSTO ALONSO LAZZARI
EMBARGANTE	: JOÃO BAPTISTA
EMBARGANTE	: JOÃO BAPTISTA ALVES WRUCK
EMBARGANTE	: JOAO BATISTA DA SILVA
EMBARGANTE	: JOÃO CARLOS MACHADO G BORGES
EMBARGANTE	: JOÃO DE JESUS GAVINO
EMBARGANTE	: JOAO DE SOUSA ALBUQUERQUE
EMBARGANTE	: JOAO FAUSTO PLANTIER
EMBARGANTE	: JOÃO FERRAZ
EMBARGANTE	: JOAO GERVASIO CASSARO

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGANTE : JOÃO GOMES DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : JOÃO IZILDO GONZALEZ
EMBARGANTE : JOÃO JESUINO DA SILVA LOBO
EMBARGANTE : JOÃO LEITE FIGUEIREDO
EMBARGANTE : JOÃO MIRA
EMBARGANTE : HEITOR SEVERINO
EMBARGANTE : JOÃO OLÍMPIO DE SOUZA
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365
ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO - DF012067
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
ANDRÉ LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249
EMBARGADO : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO -
IPESP
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : ANNA PAULA SENA DE GOBBI - SP286456
FLORENCE ANGEL GUIMARÃES MARTINS - SP341188

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por HELENA APÓSTOLO VALERO e OUTROS contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 100/104, em que determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que fossem aplicadas as medidas cabíveis previstas no art. 1.040 do CPC/2015, uma vez que o acórdão recorrido se encontra em desacordo com a tese firmada no julgamento do recurso especial repetitivo 1.388.000/PR.

A parte embargante, às e-STJ fls. 129/135, sustenta a ocorrência de omissão, uma vez que "a ausência de comunicação aos interessados acerca da propositura da ação (art. 94, do CDC) não foi o único fundamento utilizado pela Eg. Corte de origem para afastar a prescrição".

Também afirma que o acórdão proferido na Corte de origem possui fundamento constitucional, sem que houvesse a devida impugnação por meio de recurso extraordinário.

Impugnação às e-STJ fls. 140/143.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

In casu, não ocorreu nenhuma dessas situações.

Consoante o assentado na decisão embargada, o acórdão recorrido encontra-se em desacordo com a tese, firmada no recurso especial repetitivo 1.388.000/PR,

Superior Tribunal de Justiça

de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990.

Daí porque determinada a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que fossem aplicadas as medidas cabíveis previstas no art. 1.040 do CPC/2015.

Ficou esclarecido na decisão embargada que esta Corte Superior orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem retornar ao Tribunal de origem para que este faça o juízo de conformação, nos termos do que dispõe o art. 34, XXIV, do RISTJ, sendo certo que, após realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para este Tribunal Superior, a fim de que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Portanto, sem razão a alegação de que houve omissão, em decorrência de que "a ausência de comunicação aos interessados acerca da propositura da ação (art. 94 do CDC) não foi o único fundamento utilizado pela Eg. Corte de origem para afastar a prescrição", estando claro na decisão que as demais questões somente serão analisadas após o devido juízo de conformação pela Corte de origem, e caso não fique essa questão prejudicada ante a aplicação do art. 1.040 do CPC/2015.

O mesmo fundamento se aplica à suposta existência de fundamento constitucional no acórdão recorrido, sem a devida impugnação por meio de recurso extraordinário.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator